

Mulheres e Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza - 2015

Conjuntura adversa impulsiona a inatividade entre as mulheres

Os principais indicadores médios anuais da Pesquisa de Emprego e Desemprego sinalizam que houve deterioração do mercado de trabalho da região metropolitana de Fortaleza (RMF), em 2015, contrapondo-se aos avanços ocorridos nos últimos anos. Em relação a 2014, o número de ocupados decresceu (-2,0%, ou -35 mil) em ritmo superior ao de pessoas que saíram do mercado de trabalho da região (-1,0%, ou -18 mil), elevando o número de desempregados (12,1%, ou 17 mil). Cresceu também o contingente de inativos (3,9%, ou 54 mil). No ano em análise, o total de desempregados foi estimado em 158 mil pessoas, o de ocupados, em 1.684 mil, a população economicamente ativa (PEA), em 1.842 mil pessoas e os inativos totalizaram 1.429 mil pessoas (Tabela 1).

O nível ocupacional registrou a primeira variação anual negativa desde 2010, a taxa média anual de desemprego total, que vinha registrando sucessivas quedas, voltou a crescer, sendo estimada em 8,6%, em 2015, e a taxa média anual de desemprego aberto (7,0%) retornou ao patamar de 2009, configurando um ano adverso para o trabalho.

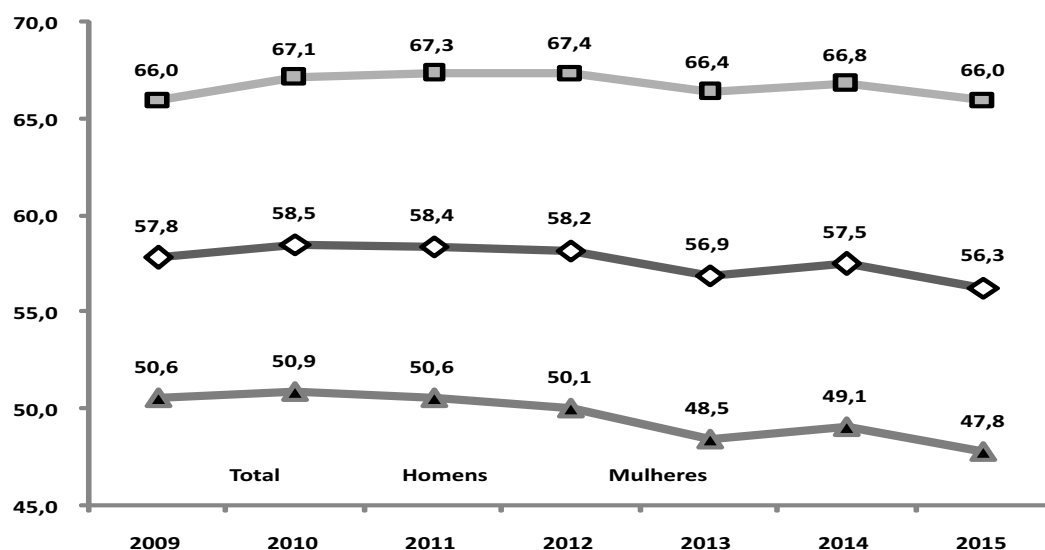
Além do mais, é preocupante a constatação de que a elevação da taxa de desemprego, em 2015, tenha ocorrido ao mesmo tempo em que a PED/RMF estimava a menor taxa de participação no mercado de trabalho local (56,3%), desde 2009, ou seja, houve incremento no desemprego no mesmo período em que o mercado de trabalho local estava menos pressionado.

Um indício adicional da deterioração do mercado de trabalho da RMF, em 2015, é o decréscimo da remuneração do trabalho de todas as posições laborais. Decresceram os rendimentos médios reais dos ocupados (-6,2%) e dos assalariados (-4,0%) e, somado ao declínio do emprego, reduziram a massa de rendimentos reais dos ocupados (-8,0%) e a massa salarial real (-5,3%).

No recorte por sexo, constata-se que a perda de dinamismo do mercado de trabalho da região afetou os homens e, mais intensamente, as mulheres. A taxa de participação masculina passou de 66,8% para 66,0%, entre 2014 e 2015, e a feminina, que é historicamente menor que a dos homens, reduziu de 49,1% para 47,8%, sinalizando desestímulo de trabalhadores e trabalhadoras quanto às reais possibilidades de obtenção de trabalho, no citado período (Gráfico 1).

No mesmo período, a redução da população economicamente ativa (PEA) (-1,0%, ou -18 mil) decorreu das diminuições das PEAs masculina (-0,8%, ou -8 mil) e, principalmente, feminina (-1,2%, ou -10 mil), isto é, a PEA feminina encolheu mais rapidamente, em termos relativos e absolutos, elevando mais intensamente a inatividade entre elas. O número de mulheres inativas aumentou 4,4% e o de homens, 3,2%, no biênio 2014/2015 (Tabela 1). Além disso, como historicamente verificado, as taxas de participação das mulheres são bem menores, indicando uma presença feminina menos expressiva no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Taxa de participação, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2015 (Em %)



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MTE

Tabela 1 – Estimativa das populações em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desempregada, e inativa, segundo o sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2014 – 2015 (Em 1.000 pessoas)

Condição de Atividade	Total			Homens			Mulheres		
	2014	2015	Var (%)	2014	2015	Var (%)	2014	2015	Var (%)
População em Idade Ativa	3.235	3.271	1,1	1.524	1.532	0,5	1.711	1.739	1,6
População Economicamente Ativa	1.860	1.842	-1,0	1.019	1.011	-0,8	841	831	-1,2
Ocupados	1.719	1.684	-2,0	951	932	-2,0	768	752	-2,1
Desempregados	141	158	12,1	68	79	16,2	73	79	8,2
Inativos com 10 anos e mais	1.375	1.429	3,9	505	521	3,2	870	908	4,4

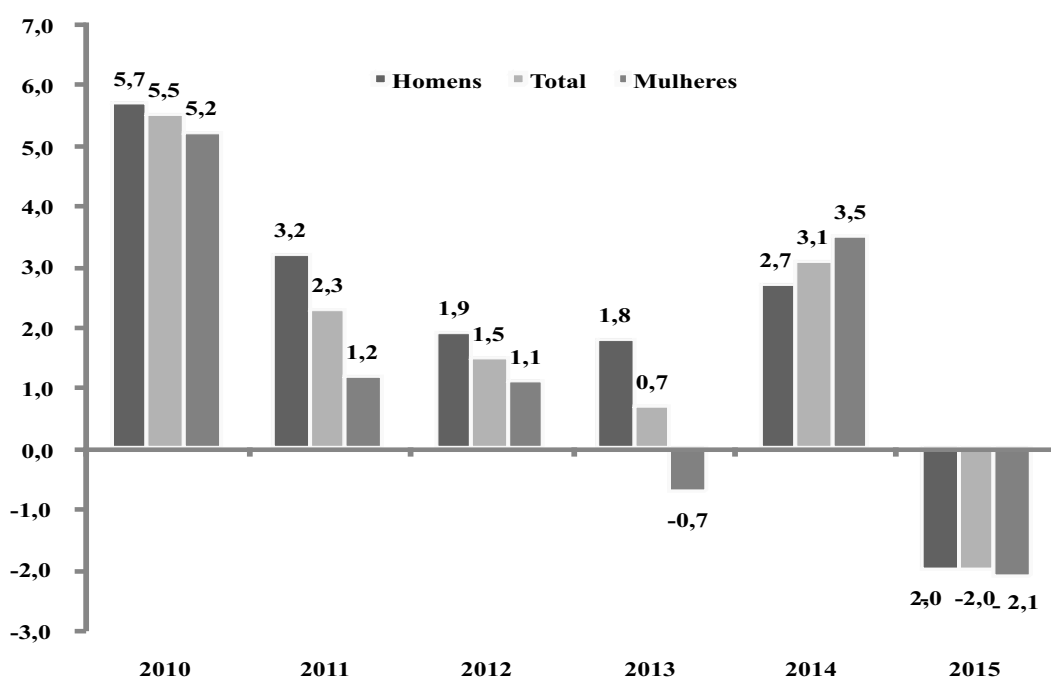
Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE/STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE.

Nota: Projeções populacionais baseadas no Censo de 2010. Vide Nota Técnica N° 2.

Ainda que a presença das mulheres no mercado de trabalho seja inferior à dos homens, elas constituem importante parcela da força de trabalho da região, representando 45,1% de toda a força de trabalho da RMF, embora esta tenha declinado recentemente, em termos relativos, uma vez que alcançara valores mais expressivos, em 2009 (46,8%) e 2010 (46,6%), por exemplo. Em 2015, a PEA regional feminina foi estimada em 831 mil pessoas, e a masculina em 1.011 mil.

Em 2015, duas características constatadas no mercado de trabalho metropolitano foram a eliminação de oportunidades de trabalho e o consequente aumento nas taxas de desemprego. Na RMF, foram eliminadas 35 mil oportunidades de trabalho (-2,0%), no paralelo com 2014, e os números de homens (-2,0%) e mulheres (-2,1%) ocupados decresceram quase na mesma proporção (Gráfico 2). O contingente de mulheres ocupadas, que era de 768 mil, em 2014, diminuiu para 752 mil, em 2015, significando perda de 16 mil para as mulheres, ligeiramente menor que a redução dos homens (-19 mil).

Gráfico 2 – Variação anual do nível de ocupação, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2010 – 2015 (Em %)



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MTE

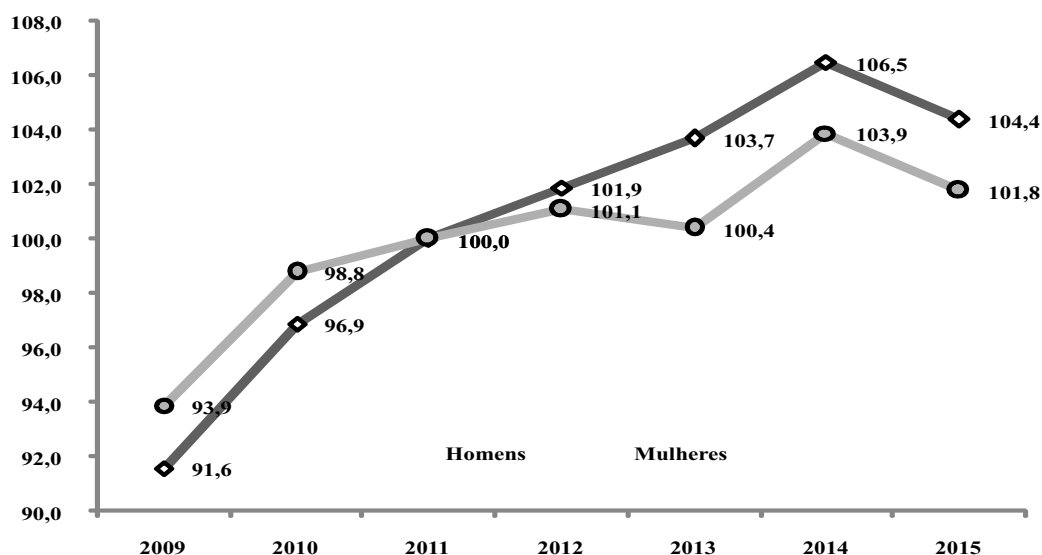
Dado que homens e mulheres registraram reduções do número de ocupados em valores muito similares, foram mantidas as parcelas masculina e feminina do total de ocupados - 55,3% e 44,7%, respectivamente, parcelas inferiores às observadas nos anos de 2009 a 2012, quando as representações das mulheres eram ligeiramente superiores a 45,0%, período em que o mercado de trabalho local se apresentava em expansão.

A majoritária presença masculina no universo dos ocupados aponta a dificuldade enfrentada pelas mulheres na obtenção de um posto de trabalho. Pois ainda que elas pressionem menos o mercado de trabalho, a elevação do nível ocupacional dos homens vem ocorrendo com mais intensidade que a das mulheres, nos últimos quatro anos, o que,

em parte, explica a não recomposição das frações femininas no universo de ocupados, observadas no período de 2009 a 2012. Entre 2011 e 2015, enquanto o nível ocupacional dos homens cresceu 4,4%, a expansão do das mulheres foi de apenas 1,8% (Gráfico 3).

Essa constatação indica que, em momentos de retração do mercado de trabalho, as mulheres são mais penalizadas, embora elas sejam mais escolarizadas. Ao longo dos anos, a força de trabalho vem elevando o seu nível de escolaridade, contudo, entre as mulheres, isso vem ocorrendo num ritmo mais intenso. Na RMF, a proporção de mulheres ocupadas com escolaridade de nível médio completo somada àquelas de nível superior cresceu de 52,0%, em 2009, para 59,5%, em 2015. Já entre os homens, passou de 43,4% para 50,6%, no mesmo período. Em outras palavras, nesse recorte, além de relativamente mais escolarizadas, elas mantiveram a vantagem de quase 9 pontos percentuais (p.p).

Gráfico 3 – Índices do nível de ocupação¹, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2015



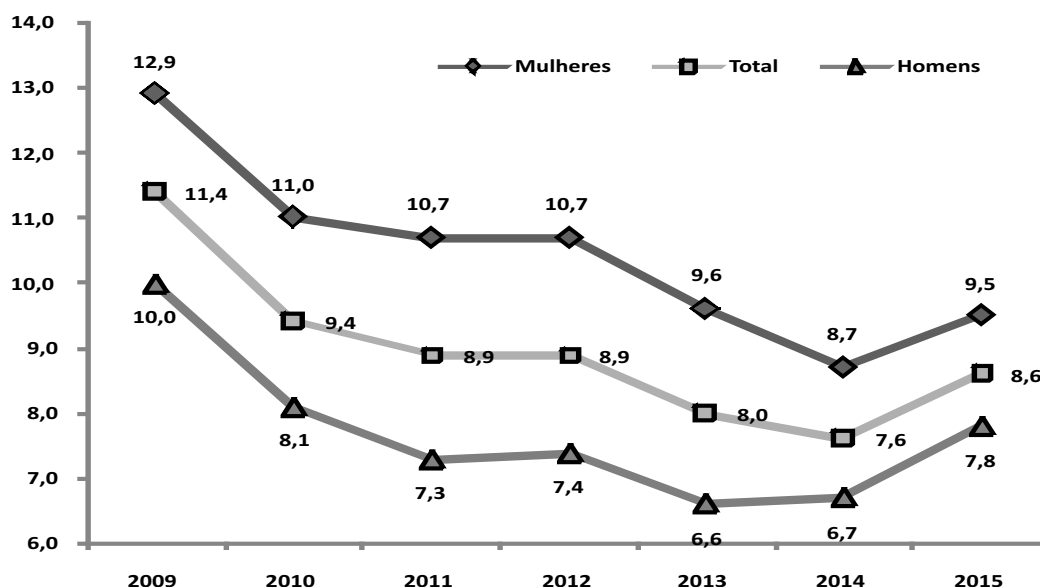
Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MTE.

(1) Base: 2011 = 100.

Desemprego volta a crescer entre homens e mulheres

O desemprego volta a crescer na RMF, em 2015, após vários anos em queda. O incremento na taxa de desemprego total, de 7,6%, em 2014, para 8,6% da PEA total, no ano em análise, decorreu das elevações das taxas de desemprego masculino, de 6,7% para 7,8%, e feminino, de 8,7% para 9,5%, o que evidencia que a elevação da taxa de desemprego independeu de sexo e que as mulheres ainda estão mais expostas ao desemprego por deterem taxas historicamente mais altas. Entre os homens, esta recente elevação ocorreu após relativa estabilidade nos anos de 2013 e 2014 e, entre as mulheres, após duas quedas consecutivas, no mesmo período, quando ambos detinham os menores patamares de desemprego desde 2009 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Taxa de desemprego, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2015 (Em %)



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MTE.

Saliente-se que o ritmo de crescimento da taxa de desemprego masculina (16,4%) foi mais intenso que o da taxa feminina (9,2%), na comparação de 2015 com 2014, o que fez com que diminuísse a desigualdade de desemprego entre essas taxas, na RMF. A diferença era de cerca de 3 p.p, até 2013, e declinou para próximo de 2 p.p, em 2014 e 2015.

Não obstante a redução do diferencial entre essas taxas, as mulheres respondem por metade dos desempregados da região (50,1%), a menor fração desde 2009, ilustrando que a parcela feminina do desemprego vem declinando, na RMF, nos últimos anos. Mas, ainda assim, as mulheres continuam sobrerrepresentadas no desemprego, pois constituíam 45,1% da força de trabalho local, em 2015.

Para melhor compreender essa conjuntura, é oportuno lembrar que seis de cada dez inativos da RMF eram mulheres, ou seja, 63,5% das mulheres com dez anos ou mais de idade estavam fora do mercado de trabalho, em 2015, ano em que a expansão da inatividade feminina (4,4%, ou 38 mil inativas a mais) foi mais forte que a masculina (3,2%, ou 16 mil). Como a procura por trabalho é imprescindível na qualificação do desemprego, a transferência de parte da PEA para a inatividade evita, em boa medida, altas mais significativas das taxas de desemprego.

Em valores absolutos, após registrar, em termos médios anuais, o menor número de mulheres desempregadas em 2014 (73 mil), esse contingente volta a se expandir no mercado laboral da RMF em 2015, para 79 mil mulheres desempregadas (8,2%, ou um adicional de 6 mil desempregadas), significando dizer que, na RMF, o desemprego feminino cresceu em termos relativos e absolutos. Por outro lado, esse crescimento foi menos intenso que o ocorrido entre os homens (16,2%, ou 11 mil desempregados).

Para fins de comparação, o número médio anual de homens desempregados cresceu pelo segundo ano consecutivo, em 11 mil pessoas, o que corresponde a um incremento de 16,2%, o dobro da variação relativa do desemprego feminino (8,2%). A análise desses números sugere que o desemprego avançou mais intensamente entre os homens, mas não o suficiente para alterar padrões já consagrados, como as taxas mais elevadas e a sobrerrepresentação femininas. Essa evolução contribuiu basicamente para minorar os diferenciais existentes entre as magnitudes das taxas de desemprego de homens e mulheres.

Sobre o perfil das mulheres desempregadas, quase metade tinha de 16 a 24 anos (48,7%), 85,0% delas eram negras, a mais elevada parcela desde 2009, e 13,2% eram chefes de família, em 2015. Tais quais as jovens desempregadas, as mulheres de raça/cor negra são duplamente penalizadas pelo desemprego: por serem mulheres e negras.

Nível de ocupação em queda

A análise do nível ocupacional, segundo os setores de atividade, demonstra que a eliminação de postos de trabalho entre as mulheres (-2,1%, ou -16 mil pessoas) refletiu o declínio da ocupação feminina em todos os setores de atividade econômica investigados: indústria de transformação (-6,9%, ou -10 mil), comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-1,8%, ou -3 mil) e serviços (-0,9%, ou -4 mil), em 2015. Nos serviços, em termos absolutos, destacaram-se os segmentos da administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (-3,4%, ou -5 mil) e das atividades administrativas e serviços complementares (-13,6%, ou -3 mil) (Tabela 2).

O maior impacto no nível ocupacional das mulheres originou-se das demissões ocorridas na indústria de transformação, responsável por 62,5% dos postos de trabalho eliminados. Por outro lado, o único segmento que registrou expansão da ocupação feminina foi o de alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (1,6%, ou 2 mil), onde a presença feminina é tradicionalmente mais expressiva, e que, em 2015, ocupava 128 mil mulheres.

Estes movimentos não produziram maiores alterações na estrutura setorial da ocupação por sexo. Decresceu a participação relativa feminina na indústria de transformação (17,9%), cresceu nos serviços (58,3%) e permaneceu relativamente estável no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (22,5%) (Tabela 3).

Tabela 2 – Estimativa do número de ocupados, segundo setores de atividade econômica, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2014–2015 (Em 1.000 pessoas)

Setores de Atividade	2014			2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total (1)	1.719	951	768	1.684	932	752
Indústria de Transformação (2)	308	163	145	288	153	135
Construção Civil (3)	150	144	(12)	145	139	(12)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	406	236	170	402	235	167
Serviços (5)	825	382	443	818	379	439
Transporte, armazenagem e Correio (6)	70	64	(12)	66	59	(12)
Informação e comunicação; atividades profissionais, científicas e técnicas (7)	79	44	35	77	42	35
Atividades administrativas e serviços complementares (8)	83	61	22	79	60	19
Administração pública, defesa, seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	242	97	145	236	96	140
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	227	101	126	234	106	128
Serviços domésticos (11)	113	(12)	104	111	(12)	103

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE/STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE.

Nota: (1) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Incluem Atividades Imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (5) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Inclui Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Seção A); Indústrias Extrativas (Seção B); Eletricidade e Gás (Seção D); Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (Seção E); Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais (Seção U); Atividades Mal Definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (12) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Tabela 3 – Distribuição dos ocupados, segundo setores de atividade econômica, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2014–2015 (Em %)

Setores de Atividade	2014			2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria de Transformação (2)	17,9	17,1	18,9	17,1	16,4	17,9
Construção Civil (3)	8,7	15,1	(12)	8,6	15,0	(12)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	23,6	24,7	22,1	23,9	25,1	22,5
Serviços (5)	48,0	40,2	57,5	48,6	40,7	58,3
Transporte, armazenagem e Correio (6)	4,1	6,7	(12)	3,9	6,3	(12)
Informação e comunicação; atividades profissionais, científicas e técnicas (7)	4,6	4,5	4,6	4,6	4,5	4,7
Atividades administrativas e serviços complementares (8)	4,8	6,5	2,8	4,7	6,5	2,5
Administração pública, defesa, seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	14,1	10,2	18,9	14,0	10,2	18,8
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	13,2	10,6	16,4	13,9	11,4	17,0
Serviços domésticos (11)	6,6	(12)	13,6	6,6	(12)	13,7

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE/STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE.

Nota: (1) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Incluem Atividades Imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (5) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Inclui Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Seção A); Indústrias Extrativas (Seção B); Eletricidade e Gás (Seção D); Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (Seção E); Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais (Seção U); Atividades Mal Definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (12) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Para cada grupo de dez mulheres, quase seis trabalhavam nos serviços, pouco mais de duas estavam desenvolvendo atividades no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e menos de duas trabalhavam na indústria de transformação, setor onde o nível ocupacional das mulheres vem declinando, continuamente, desde 2011, quando empregava 20,3% dessa força de trabalho. Assim, as maiores oportunidades de obtenção de postos de trabalho para as mulheres, na RMF, continuam sendo, principalmente, no setor de serviços.

Considerando as posições ocupacionais, a evolução do emprego com carteira assinada no setor privado foi o único resultado positivo (1,0% ou 8 mil empregos), em 2015, alcançando o maior contingente dessa forma de inserção na série histórica iniciada em 2009 (770 mil). Apesar de ser um bom resultado do ponto de vista do aumento na formalização do trabalho, o fato de ter sido essa a única posição a elevar o número de postos de trabalho aponta que o processo de deterioração do mercado de trabalho da RMF, ocorrido no ano em análise, ainda assim, não chegou a comprometer os avanços ocorridos na estruturação desse mercado.

Esse contexto beneficiou unicamente a força de trabalho feminina, cuja estrutura ocupacional continuou a avançar na formalização das relações de trabalho. Entre elas, o nível de emprego com carteira assinada apresentou variação de 4,6%, com a geração de 13 mil empregos formais, o que contribuiu para reduzir a exposição feminina a trabalhos menos protegidos. Entre os homens, houve retração (-1,0%, ou -5 mil) do emprego com carteira assinada no setor privado (Tabela 4).

Tabelas 4 – Estimativas do número de ocupados, segundo posição na ocupação, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2014 – 2015 (Em 1.000 pessoas)

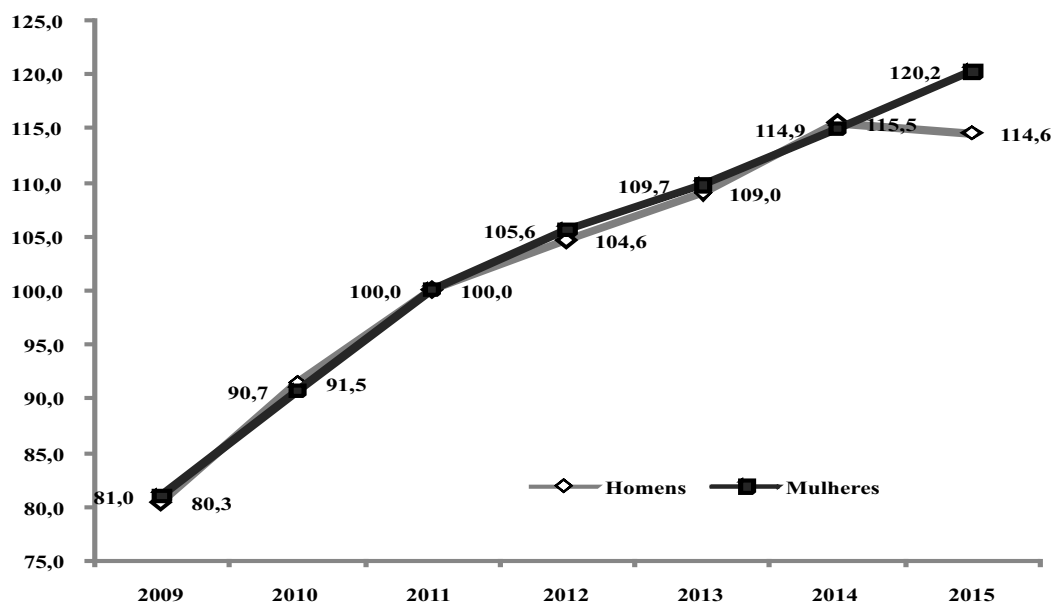
Posição na Ocupação	2014			2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	1.719	951	768	1.684	932	752
Total de Assalariados (1)	1.086	656	430	1.069	640	429
Setor Privado	944	585	359	940	578	362
Com Carteira	762	477	285	770	472	298
Sem Carteira	182	108	74	170	106	64
Setor Público (2)	142	71	71	129	62	67
Autônomos	440	241	199	424	236	188
Empregados Domésticos	113	(4)	104	111	(4)	102
Demais Posições (3)	80	45	35	80	47	33

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE/STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE.

Nota: (1) Exclui empregados domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas. (3) Incluem donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais. (4) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Ainda que em 2015, o emprego formalizado no setor privado tenha apresentado resultado negativo para os homens, nos últimos sete anos, houve avanço tanto para eles quanto para elas. Os Gráficos 5 e 6 possibilitam uma percepção mais nítida da crescente formalização do emprego de homens e mulheres residentes na RMF, nos últimos anos. Relativamente a 2011, o nível de emprego formal das mulheres foi 20,2% mais elevado e entre os homens, 14,6%.

Gráfico 5 – Índices do nível de emprego¹ no setor privado com carteira assinada, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2015



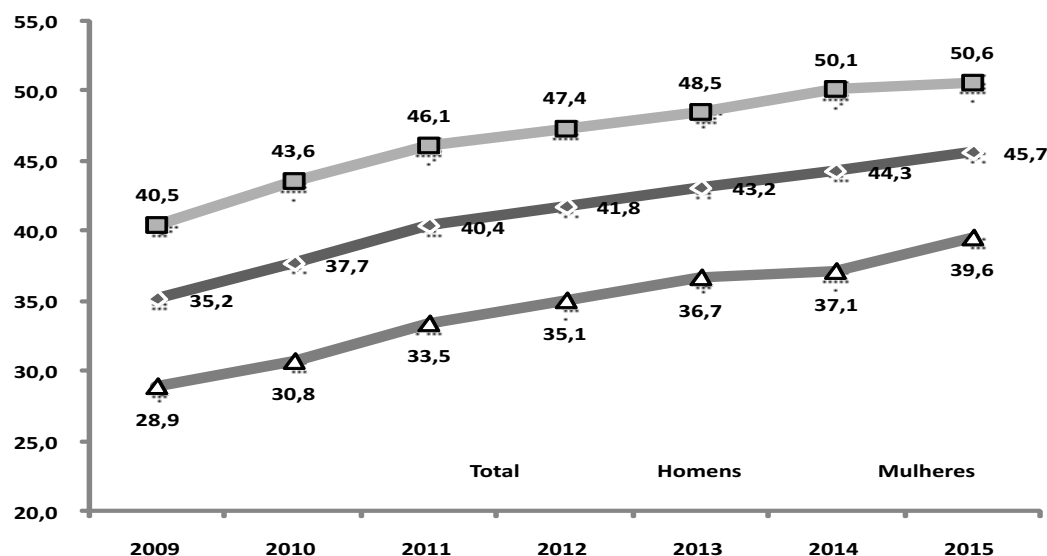
Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MTE.

(1) Base: 2011 = 100.

A proporção de empregados com carteira assinada vem crescendo continuamente, desde 2009, registrando as maiores proporções em 2015, independente de sexo. Nesse ano, 50,6% dos homens e 39,6% das mulheres ocupados possuíam registro em carteira no trabalho principal, os valores mais elevados desde 2009, um resultado muito positivo, dado o relativamente baixo nível de estruturação do mercado de trabalho da RMF, frente às outras áreas metropolitanas pesquisadas pelo Sistema PED, e à atual perda de dinamismo do mercado de trabalho regional.

Esses valores ainda expressam a desigualdade de acesso das mulheres a empregos qualitativamente melhores, frente à realidade masculina, o que sugere que elas passam por dificuldades relativamente maiores para acessar empregos formalmente registrados. Números da PED/RMF estimaram que a probabilidade de as mulheres possuírem um emprego com registro em carteira era cerca de 28% menor, em 2015 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Evolução anual da participação dos empregados no setor privado com carteira assinada no total de ocupados, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2015 (Em %)



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese, MTE.

Nas demais posições ocupacionais, houve declínio do nível ocupacional feminino em todas elas: trabalho autônomo (-5,5%, ou - 11 mil), emprego sem carteira no setor privado (-13,5%, ou -10 mil), emprego público (-5,6%, ou -4 mil), emprego doméstico (-1,9%, ou -2 mil) e demais posições (-5,8%, ou -2 mil).

Por fim, quase metade das mulheres ocupadas desenvolve suas atividades na iniciativa privada (48,2%), um quarto são autônomas (25,1%), 13,7% estão no emprego doméstico e quase 9%, no setor público (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2014 – 2015 (Em %)

Posição na Ocupação	2014			2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de Assalariados (1)	63,2	69,1	56,0	63,5	68,9	56,9
Setor Privado	54,9	61,6	46,7	55,8	62,0	48,2
Com Carteira	44,3	50,1	37,1	45,7	50,6	39,6
Sem Carteira	10,6	11,5	9,6	10,1	11,4	8,6
Setor Público (2)	8,3	7,5	9,3	7,7	6,9	8,7
Autônomos	25,6	25,4	25,9	25,2	25,3	25,1
Empregados Domésticos	6,6	(4)	13,6	6,6	(4)	13,7
Demais Posições (3)	4,6	4,7	4,5	4,7	4,9	4,3

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE/STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE.

Nota: (1) Exclui empregados domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas. (3) Incluem donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais. (4) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Rendimento do trabalho: perdas reais generalizadas

Em 2015, na área metropolitana de Fortaleza, o rendimento médio real dos ocupados perdeu parte do poder de compra adquirido nos últimos anos, com quedas generalizadas por setor de atividade econômica e posição na ocupação. Na comparação com o ano anterior, decresceram os rendimentos médios reais dos ocupados (-6,2%) e dos assalariados (-4,0%), cujos valores monetários passaram a equivaler a R\$ 1.235 e R\$ 1.293, respectivamente. Houve redução do salário médio dos setores privado (-3,2%) e público (-2,1%). No setor privado, contraiu-se o rendimento médio dos assalariados com carteira de trabalho assinada (-4,0%) e, em menor proporção, o daqueles sem carteira assinada (-0,6%). O rendimento médio dos trabalhadores autônomos apresentou o maior decréscimo dentre as posições ocupacionais analisadas (-12,5%).

Na análise por sexo, decresceram os rendimentos médios reais dos homens (-8,0%) e, em menor intensidade, das mulheres (-2,9%), o que favoreceu a redução das disparidades existentes entre os rendimentos dos dois grupos de gênero. O rendimento médio real dos homens foi estimado em R\$ 1.384 e o das mulheres, R\$ 1.050, equivalendo a 75,9% do rendimento médio masculino (Tabela 6).

Tabela 6 – Rendimento médio real⁽¹⁾ dos ocupados, assalariados, segundo categorias, e trabalhadores autônomos, por sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2014 – 2015

Posição na Ocupação	2014			2015		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	1.317	1.504	1.081	1.235	1.384	1.050
Total de Assalariados	1.347	1.425	1.228	1.293	1.360	1.193
Setor Privado	1.172	1.242	1.055	1.135	1.191	1.045
Indústria de Transformação	1.090	1.184	944	1.066	1.154	932
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1.130	1.168	1.063	1.067	1.087	1.030
Serviços	1.199	1.290	1.092	1.170	1.233	1.094
Com Carteira	1.238	1.304	1.125	1.189	1.247	1.097
Sem Carteira	885	961	771	880	934	789
Setor Público	2.519	2.944	2.104	2.466	2.919	2.040
Autônomos	1.115	1.370	808	976	1.172	734

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE/STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE.

(1) Inflator utilizado – INPC/RMF – IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2015.

A diminuição do rendimento médio real das mulheres (-2,9%) decorreu das reduções no setor público (-3,0%) e, em menor proporção, no setor privado (-0,9%). Neste, houve redução no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-3,1%) e na indústria de transformação (-1,3%) e relativa estabilidade nos serviços (0,2%), cujos valores monetários foram estimados em R\$ 1.030, R\$ 932 e R\$ 1.094, respectivamente.

Por posição na ocupação, houve decréscimo do rendimento médio real das mulheres que trabalhavam por conta-própria (-9,2%) e das empregadas no setor privado com registro em carteira (-2,5%). Cresceu o rendimento médio real das assalariadas no setor privado sem registro na carteira profissional (2,3%). Seus rendimentos médios reais foram estimados em R\$ 734, R\$ 1.097 e R\$ 789, respectivamente.

Oportuno enfatizar que, apesar do crescimento do emprego feminino com carteira assinada, essas contratações se deram em bases salariais inferiores às praticadas em 2014, pois o rendimento médio real das empregadas com carteira assinada diminuiu, conforme parágrafo anterior.

Entre os homens, as reduções no rendimento foram generalizadas e mais expressivas, relativamente, com destaque para os decréscimos nos rendimentos médios reais dos trabalhadores autônomos (-14,5%), seguido dos assalariados em geral (-4,6%). Entre os assalariados, o declínio foi menos acentuado no setor público (-0,8%) que no setor privado (-4,1%). No interior do setor privado, houve redução em todos os setores e posições investigados: comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-6,9%), serviços (-4,4%), indústria de transformação (-2,5%), assalariados com carteira de trabalho assinada (-4,4%) e sem carteira assinada (-2,8%) (Tabela 6).

As mulheres detêm um patamar de rendimento inferior ao dos homens, independente das formas de inserção laboral ou do setor de atividade onde trabalham. As maiores diferenças foram constatadas no trabalho autônomo, no setor público e na indústria de transformação, onde, em média, as mulheres ganham 62,6%, 69,9% e 80,8% da remuneração média dos homens, respectivamente. Este mesmo comportamento foi observado em 2014, o que reforça a constatação de que as maiores desigualdades salariais entre homens e mulheres ocorrem nesses três segmentos ocupacionais.

Para uma aferição mais precisa das diferenças entre os rendimentos de homens e mulheres, o indicador mais apropriado é o rendimento médio real por hora trabalhada, pois esse indicador elimina as distorções ocasionadas pelas diferentes jornadas semanais de trabalho por sexo. A jornada semanal média de trabalho dos homens (44 horas) é normalmente mais extensa que a das mulheres (40 horas).

O rendimento médio real por hora trabalhada dos homens decresceu cerca de 8,0%, a maior perda salarial desde 2010, passando de R\$ 7,99 para R\$ 7,35, nos anos de 2014 e 2015, o mesmo valor estimado para 2011, o que significa dizer que o poder de compra do trabalhador da região retrocedeu a 2011 (Tabela 7).

Por sua vez, o rendimento médio real por hora trabalhada das mulheres teve variação negativa bem menos intensa (-0,5%), de R\$ 6,16 para R\$ 6,13, o menor rendimento médio real horário desde 2012. Diante o exposto, constata-se que o ano de 2015, além de não ter sido favorável à geração de postos de trabalho, também não foi propício para os rendimentos laborais de homens e mulheres.

Em face desses movimentos, a razão entre os rendimentos médios horários de homens e mulheres voltou a crescer, ao passar de 0,77, em 2014, para 0,83, em 2015, o melhor resultado desde 2009, indicando que o distanciamento entre os respectivos rendimentos horários diminuiu, ou seja, decresceu o diferencial de salário real entre homens e mulheres, quando considerado o salário por hora trabalhada, como resultado de a perda salarial masculina ter sido substancialmente maior (Tabela 7).

Tabela 7 – Rendimento médio real⁽¹⁾ por hora dos ocupados⁽²⁾ no trabalho principal, segundo o sexo - Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2015

Período	Rendimento Médio Real por Hora		
	Homens (A)	Mulheres (B)	(B/A)
2009	7,24	5,58	0,77
2010	7,23	5,68	0,79
2011	7,35	5,96	0,81
2012	7,85	6,28	0,8
2013	7,74	6,25	0,81
2014	7,99	6,16	0,77
2015	7,35	6,13	0,83
Variação Anual (%)			
2015/2014	-8,0	-0,5	-
2014/2013	3,2	-1,4	-
2013/2012	-1,4	-0,5	-
2012/2011	6,8	5,4	-
2011/2010	1,7	4,9	-
2010/2009	-0,1	1,8	-

Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/SINE-CE/STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE.

(1) Inflator utilizado – INPC/RMF – IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2015. (2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusive os que não trabalharam na semana.

Em síntese, a deterioração do mercado de trabalho da região metropolitana de Fortaleza, ocorrida em 2015, penalizou indistintamente homens e mulheres, mas induziu mais veementemente a saída de mulheres do mercado de trabalho da região, muito influenciada pelas demissões na indústria de transformação, o que foi amenizado pela expansão do emprego formal feminino. Na verdade, as mulheres constituem importante parcela da força de trabalho da região, embora esta tenha, na atualidade, uma representação relativamente menor, na medida em que a inatividade cresceu mais rapidamente entre elas.

No ano em análise, apesar de taxas de desemprego mais elevadas, a realidade do desemprego entre homens e mulheres se apresentou menos díspare, na RMF, reflexo do crescimento mais expressivo do desemprego masculino e do maior fluxo feminino para a inatividade, posto que os níveis ocupacionais de ambos declinaram na mesma intensidade.

Por último, diante de uma conjuntura de perdas generalizadas nos rendimentos médios reais, as mulheres, mesmo detendo níveis salariais mais baixos, tiveram declínios menos expressivos, em 2015, em relação aos homens. Ainda que o nivelamento tenha ocorrido em um patamar menor de rendimento, diminuiu a desigualdade entre os valores aferidos por sexo.

Portanto, a retração verificada no mercado de trabalho da RMF, em 2015, implicou em perdas de parte das conquistas dos últimos anos. Por outro lado, contribuiu para amenizar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, notadamente no que concerne ao desemprego e ao rendimento médio real do trabalho.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA – População em Idade Ativa: população com 10 anos e mais.

PEA – População Economicamente Ativa: parcelada PIA que está ocupada ou desempregada.

OCUPADOS: indivíduos que nos 7 dias anteriores ao da entrevista:

a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente; b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual; c) possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho; d) excluem-se as pessoas que, de forma bastante excepcional, fizeram algum trabalho neste período.

DESEMPREGADOS: indivíduos que se encontram em uma das seguintes situações:

a) **Desemprego Aberto**: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos 7 últimos dias; b) **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário**: pessoas que realizam algum trabalho remunerado eventual de auto-ocupação, ou seja, sem qualquer perspectiva de continuidade e previsibilidade, ou realizam trabalho não-remunerado em ajuda de negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, fizera-no sem êxito até 12 meses atrás; c) **Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros**: pessoas que não possuem trabalho nem procuraram, nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS (MAIORES DE 10 ANOS): parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

RENDIMENTO DO TRABALHO: rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados descontos por falta, etc. ou acréscimos devidos a horas extras, gratificações, etc. Não são computados o 13º salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, os autônomos e as demais posições é considerada a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio.

PRINCIPAIS INDICADORES

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL: proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego – total, aberto e oculto.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO: proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

ÍNDICE DE OCUPAÇÃO: nível de ocupação alcançado em determinado trimestre em relação ao nível médio do período base.

RENDIMENTOS: a média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo INPC/RMF (IBGE), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior ao da coleta e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na Região Metropolitana de Fortaleza, é realizada por meio de uma amostra domiciliar na área urbana de treze municípios que compõem a região: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante. As informações são coletadas mensalmente por entrevistas realizadas em, aproximadamente, 2.500 domicílios.

Os dados divulgados mensalmente referem-se a médias móveis trimestrais, que são assumidas como resultado do mês de encerramento do trimestre. Desse modo, os resultados de dezembro correspondem à média do trimestre outubro, novembro e dezembro; os resultados de janeiro, à do trimestre novembro, dezembro e janeiro; e assim sucessivamente.

Atualmente, a PED é realizada nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Distrito Federal.

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministério do Trabalho e Previdência Social

Miguel Rossetto

Governador do Estado do Ceará

Camilo Santana

Secretário do Trabalho e Desenvolvimento do Trabalho

Josbertini Virginio Clementino

Presidente do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira

Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Antônio de Sousa

Presidente da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Carlos Antônio Luque